

# OCUPAR E BRINCAR: NOTAS SOBRE AS BRINCADEIRAS E AS LUTAS DAS CRIANÇAS EM EDIFÍCIOS E RUAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

## OCCUPY AND PLAY: NOTES ON CHILDREN'S PLAY AND STRUGGLES IN BUILDINGS AND STREETS IN THE CITY OF SÃO PAULO

Marcia Aparecida Gobbi 1  
Cleriston Izidro dos Anjos 2

**Resumo:** O artigo apresenta reflexões sobre possibilidades do brincar entre crianças moradoras de uma Ocupação situada na região denominada central da cidade de São Paulo. A luta por moradia se faz presente e urgente e assume diferentes formas no cotidiano vivido e produzido pelas crianças. Imagens foram utilizadas ao longo do texto de modo a suscitar pensamentos, outras pesquisas e debates. Dentro dessas moradias as vidas pulsam de modo inequívoco e indelével e podem ser traduzidas como formas de enfrentamentos cotidianos.

**Palavras-chave:** Brincar. Crianças. Ocupação.

**Abstract :** The article presents reflections on the possibilities of play among children living in an Occupation located in the central region of the city of São Paulo. The struggle for housing is present and urgent and takes different forms in the daily life lived and produced by children. Images were used throughout the text in order to raise thoughts, further research and debates. Inside these dwellings, lives pulsate in an unmistakable and indelible way and can be translated as forms of daily confrontations.

**Keywords:** Play. Children. Occupation.

---

Doutora em Faculdade de Educação pela Unicamp. **1**  
Lattes <http://lattes.cnpq.br/7741789991636762> .  
ORCID. <https://orcid.org/0000-0001-9850-0190>.  
E-mail: [mgobbi@usp.br](mailto:mgobbi@usp.br)

Pós doutor em Educação pela USP. **2**  
Lattes <http://lattes.cnpq.br/7481303031221773> .  
ORCID <http://orcid.org/0000-0003-1040-4909>.  
E-mail: [cianjos@yahoo.com.br](mailto:cianjos@yahoo.com.br)

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

#### **Artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**

- O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - Opinião e expressão;

III - Crença e culto religioso;

IV - Brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - Participar da vida política, na forma da lei;

VII - Buscar refúgio, auxílio e orientação (BRASIL, 1990).

Os excertos com os quais iniciamos este artigo, retirados da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), talvez representem grande parte das palavras legais e políticas destinadas à proteção e ao cuidado das crianças brasileiras. Provoca-nos a pensar sobre direitos e modos como os representamos e as crianças desde que nascem, não só pelo ordenamento legal e normativo vigentes, mas pelos desdobramentos, em sua presença ou ausência no cotidiano das meninas e meninos desde o nascimento. Ao mesmo tempo que destacamos, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a brincadeira e a participação das crianças na vida política e a consideração de suas opiniões e expressões, levantamos alguns questionamentos iniciais que servem como guias articuladores desse artigo: em que medida esta legislação se traduz em garantia de direitos, compondo o dia a dia de todas as crianças desde bebês? A vida está sendo brincada em sua plenitude de direitos e gozada em sua inteireza por todas elas? Embora saibamos e defendamos que o direito ao brincar deveria ser estendido a todas as pessoas e de todas as idades, não retomaremos aqui a importante discussão sobre o direito de brincar<sup>1</sup>, mesmo quando voltados somente às crianças. Apenas o recuperamos brevemente pela sua presença legal, pois ele é aqui entendido como mais um desdobramento do direito à cidade e concernente às crianças, que ao brincarem, entre outras atividades, a produzem a seu modo e condições. Isso sim, um mote para a escrita e compreensão das ideias aqui contidas.

Para a composição desse artigo nos concentramos na cidade de São Paulo, relacionando-a à produção da infância e brincadeiras a partir de um pequeno recorte: crianças moradoras em uma Ocupação<sup>2</sup> oriunda da luta por moradia e situada na região denominada central da cidade. Acreditamos ser de suma importância considerar as particularidades das infâncias existentes nas cidades, infâncias urbanas e não urbanas. Tal afirmação coloca-se ao lado de inúmeras pesquisas feitas no campo dos estudos sociais da infância, cujo cerne das discussões encontra-se na contramão de concepções universalizantes de infância, unida aos adultos e às adultas pelos inúmeros atos de consumo desenfreado, e se alia à busca pela compreensão das crianças e suas práticas sociais e de narrativas encontradas em diferentes temporalidades, construídas a partir de suas classes sociais, gênero e raça reafirmando o que poderá ser denominado de perspectiva subalternizada fundamental para este texto e pesquisas das quais deriva. Vale ressaltar que este lugar de subalternidade remete a apagamentos históricos que lhes ocorre-

1 Recomenda-se a leitura do artigo intitulado "O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade", de autoria de Tonucci (2020a, 2020b). O artigo é parte integrante do dossiê "Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça", organizado por Marcia Aparecida Gobbi e Cleriston Izidro dos Anjos (2020).

2 A palavra ocupação será grafada com a letra "o" maiúscula quando nos referirmos àquela que é fruto da luta por moradia feita em movimentos sociais urbanos, sendo Ocupação ou Ocupações.

ram há tempos e que contribuiu, e muito, para a construção de representações que colocaram crianças e adultas/os/es de determinadas partes do mundo em condição de provincianismo, sendo apresentados como “carentes” ou produtores de culturas inferiores, prenhas de valores locais com pouca relevância, principalmente quando consideramos projetos e práticas sociais que não privilegiam o capital. Disto resultam conhecimentos ainda lacunares sobre as infâncias e por elas produzidos, particularmente quando natas em países do Sul Global (CASTRO, 2022).

Como já amplamente discutido (VOLTARELLI, 2017; CASTRO, 2022; GOBBI; NASCIMENTO, 2017), urge questionar premissas aparentemente irrefutáveis sobre as crianças e que as colocam em determinados padrões de “uma infância”, fundamentalmente situada em concepções europeias e/ou estadunidenses, conhecidas como infâncias do Norte. É fundamental conhecer e considerar as experiências silenciadas e estigmatizadas desde processos colonizadores que não envolvem apenas adultas/os/es, mas também as crianças desde bebês, de forma a contribuir com a elaboração de compreensões teóricas sobre elas. Observar, escutar, relacionar-se buscando suas perspectivas e dialogar com as crianças levam-nos ao vital aprendizado de contestar verdades e, quem sabe, revolver e transformar o que está sedimentado. Ao considerar os pontos mencionados, esse artigo aproxima-se de pesquisadoras/es cuja busca pretende afinar-se com demandas sociais e culturais situadas localmente.

Afosu-Kusi (2019) ao refletir sobre a infância africana apresenta questões orientadoras acerca da ausência de pesquisas que tragam as crianças para além de visões dominantes que levam, por vezes, a desdobramentos perversos em relação às crianças e são cerceadoras de práticas sociais que extrapolam padrões e interpretações vigentes e aceitas como únicas. Ao considerá-las, podemos levar à produção de concepções e projetos de futuro construídos com todas/es/os e suas especificidades de gênero, classe social, religião, raça, sem desconsiderar as crianças numa perspectiva que abarque questões, inclusive, relacionadas à existência de compreensões de infâncias brasileiras, divergentes daquelas ocidentais universalizantes. Como parece simples supor, o direcionamento para a construção de uma concepção totalmente voltada para práticas e pontos de vista ocidentais eurocentrados remete ao turvamento de outras formas de conceber a infância, silenciando-as e impedindo que se apresentem plenamente, sendo tratadas na integralidade de seus direitos. Importa compreender que essa referência dominante não é a única e que diferentes infâncias são construídas cotidianamente nos diferentes continentes e seus bairros, cidades e países.

Castro (2022) ressalta a presença de teorias, determinados termos, conceitos e categorias construídas no Sul, que são importantes para se pensar a infância e sequer são conhecidos fora de seus países de origem devido ao desafio em divulgá-los, o que empobrece a produção científica sobre as crianças e a construção de formas de compreendê-las considerando diferentes pontos de vista. Suas experiências são fundamentais para a construção de outras perspectivas teóricas em que se faz teoria do Sul com o Sul, sem o apagamento “muito naturalizado” de outros mundos que não sejam os compreendidos como cosmopolitas e centrais produtores de verdades universais, que, a serviço do capital, desmantelam povos e suas culturas. Não se pode deixar de lado que se encontram engendradas práticas e concepções políticas em que vingam os objetivos de alheamento quanto a tudo aquilo que não é o “nós”. Mas, quais “nós”? Elites e suas práticas predatórias tiram pessoas de seus lugares, arrancando-as desde as raízes das regiões, das terras e casas onde vivem. Produz-se propositadamente um empobrecimento das relações econômicas e de afetos, sem esquecer as crianças que são inseridas num perverso aprendizado de desterro<sup>3</sup>, em que o “nós” crianças passa a ser subalternizado em relação a outros “nós” crianças e adultos a partir da classe social, raça, gênero, idade às quais pertencem.

No Brasil, esta percepção tem sido construída, e ainda se faz presente, desde a escravidão. Testemunhas silenciosas de seu tempo, cuja existência de agências se fazia nas estreitas brechas criadas e encontradas, as crianças filhas de mães escravizadas eram anônimas e quan-

3 Nesse aprendizado de desterro, somado às formas de exclusão e morte, e embora tenhamos focado as crianças do Sul e crianças brasileiras, não podemos deixar de incluir as crianças que passam por processos migratórios, crianças refugiadas e que vivem em situação de guerra, como acontecesse na Ucrânia enquanto escrevemos esse artigo. À questão “onde brincar” juntam-se tantas outras sobre comer, morar, andar, viver de modo acolhedor e seguro.

do acompanhadas, na maioria das vezes, eram por mulheres, em atividades das chamadas mães sem marido, e se faziam presentes, numa ausência velada, em desenhos e quadros de viajantes onde ocupavam posição decorativa (MATTOSO, 1988). Vagaroso aprendizado de um lugar.

Bianca Santana (2015), em seu livro *Quando me descobri negra*, na esteira de tantas outras escritoras, como Carolina Maria de Jesus, apresenta-se numa história de vida na qual a descoberta, que dá título à obra, está relacionada à descoberta do que se é e se refere também ao que se deixou de ser, como produto de um apagamento, desde a infância, como bebê. Há inegáveis transformações históricas que nos levam até mesmo a essa reflexão possível e a perguntas sobre os lugares construídos e produzidos pela e para a infância escravizada e atualmente em condições de pobreza, em contrapartida às ricas e tudo o que disso deriva. Ciente de que o foco deste dossiê é o brincar, esse assunto assume relevância e se relaciona à sua produção e fruição, quando pensamos nas mudanças e permanências dessa prática e no quanto as ausências/presenças históricas de determinados grupos infantis e suas construções remetem a formas diversas de estar e se fazer no mundo, ora sendo mais, ora sendo menos brincante e tendo seus direitos, mais ou menos, praticados.

Esta questão, que exige profundas reflexões e sobre as quais teceremos breves considerações, além de estrutural, lembra-nos da importância de pensarmos junto às crianças e tentarmos compreender os pontos de vista que as engendram cotidianamente, contrapondo-nos a estudos em que a perspectiva do brincar encontra-se de modo genérico e ligada a certas características essencialistas.

Não se trata de mera digressão, mas de aproximação da questão central desse artigo, qual seja, crianças moradoras em Ocupações urbanas e suas brincadeiras, presentes, ausentes, criadas em brechas e em luta diária pelo teto e pela vida, vistas, como mencionado, como expressão do direito à cidade. Vamos nos afinando e sugerindo reflexões a partir das transformações históricas, suas subversões, contrariedades e permanências em pelejas configuradas constantemente, conferindo-lhes infâncias diversas, com e sem brincadeiras, com e sem a materialização de seus direitos.

A história recente das cidades é a história de disputas e suas construções a partir dos valores de uso e de troca, que são reveladas nas relações produzidas em que predominam a presença do valor de troca. O capital se manifesta em todas as relações, ou grande parte delas, qualificando o que é ou será gerador de lucro. Não é necessário ir muito adiante para refletirmos sobre as brincadeiras, pouco incluídas entre as crianças e seus familiares, e as regiões habitadas em que não há a produção esperada de capital. Ao refletirmos sobre isso, devemos questionar: em que lugar encontramos as brincadeiras? O que elas produzem e o que revelam das sociedades em que estão presentes? As próprias brincadeiras inventadas e brincadas e os brinquedos, objetos com os quais desfrutam e criam formas de brincar, produzem sentidos e os revelam quando são pensadas mais profundamente. Olhar gestos, escutar falas, relacionar-se com as crianças e as adultas, por que não? E o que está em torno, são ações fundamentais para o entendimento, e mais, para a cumplicidade necessária, a solidariedade requerida, ainda que em silêncio, por todas/es/os. Seguramente, esses atos que são também brincantes, mas não só, são político-brincantes, contribuem para o entendimento e para um caminhar conjunto, a partir e à medida das infâncias.

Como já mencionado, compreendemos o direito à brincadeira como um dos desdobramentos do direito à cidade e sua ausência em espaços citadinos como indicadores dos usos destinados a eles e caracterizam, por vezes, as perversas formas como são ocupados, o que se pensa sobre relações sociais em espaços públicos e/com/para as crianças. Ao pensarmos que elas produzem, à sua moda, os espaços citadinos, temos nas brincadeiras uma contribuição que expressa a obra, embora não espontânea ou isenta do valor de troca, tal como na acepção de Lefebvre (1978). A cidade como obra é projeto utópico que se constitui também pelas mãos das crianças, por meio do ato e da produção do brincar, considerados uma das maneiras de agir, ainda que não esteja desassociada da criação de formas para obtenção de lucro com o brincar. Em alguns momentos e de vários modos, as brincadeiras foram aniquiladas, perseverando a duras penas, podendo ser vistas eventualmente nas escapatórias das crianças e das

adultas que com elas estão. Vale deixar como indagação o fato de que não se fazendo diretamente como promotoras de lucros imediatos, ao não movimentarem o capital, as brincadeiras deixam de ser o foco das atenções. Ainda assim, insistem e surgem em momentos e condições diversas, em ruas, em casas, nas escolas, desde as creches e nos interpelem.

Deixamos algumas questões que não visamos respondê-las totalmente ao longo desse artigo, mas acreditamos que podem balizar não somente a escrita e o pensamento proposto, mas futuras preocupações e debates, inclusive, em processos de formação docente. São elas:

1. O que penso sobre espaços para brincar?
2. O que penso sobre brincadeiras e crianças?
3. O que penso sobre os espaços em disputas presentes nas cidades?
4. O que penso sobre a luta por moradia urbana e por terra?
5. O que penso e defino sobre a infância e sobre crianças em situação de pobreza, sobre aquelas que se encontram abaixo da linha da pobreza, em situação de rua, vítimas de violências, fora de suas instituições de educação infantil e escolas?
6. Como ajo ou reajo às diferentes relações estabelecidas com as crianças e entre elas?
7. Quando pensamos em crianças e brincadeiras, todas elas, meninas e meninos, com muita ou pouca idade, podem brincar e/ou estão brincando? Há aquelas que não brincam? Quais são?

Há que considerar alguns vetores conjugados, para que possamos entender – ou iniciar algum entendimento –, relacionados às brincadeiras. Neste caso, importa articular crianças suas raças, idade, classe social e gênero, brinquedos e brincadeiras, cidade, desigualdades sociais e moradia, pois afetam suas vidas e de quem está no entorno. Essas formas de brincar, as transgressões geradas pelas e nas brincadeiras, exigem de nós que as pensemos como elementos que criam e são capazes de colaborar na recriação de mundos e de outras relações sociais.

Para melhor compreensão das questões aqui apresentadas, nós dividimos o artigo em partes: 1. Brincar em imagens: gestos, silêncios e a produção do brincar dentro e fora da Ocupação; 1.1. *Slime*: o que é mesmo? Que meleca. Dá pra brincar com isso? 2. Deambular? Uma saída para a Pinacoteca e o brincar no percurso . 2.1. O jogo: no bailar das pernas, o futebol; e 3. Considerações finais: o ato de ocupar se faz também brincando. Você topa?

### **“Brincar em imagens”: gestos, silêncios e a produção do brincar dentro e fora da Ocupação**

Ervas partidas, flores pisadas; o próprio caçador empenhara o próprio corpo, deixando-se arrastar pela rede. E no meio de tanta destruição, insensibilidade e violência, a borboleta assustada lá continuava a tremer e apesar disso graciosa, numa dobra da rede. Enquanto fazia esse caminho penoso, o caçador era assaltado pelo espírito daquele que está destinado a morrer. Quanto à língua estranha em que aquela borboleta e as flores se tinham entendido diante dos seus olhos, agora também ele tinha aprendido algumas das suas leis (BENJAMIN, 2013, p. 40).

Com o objetivo de suscitar discussões sobre espaços e formas de brincar entre crianças moradoras de Ocupações, optamos por compor esse artigo com algumas imagens produzidas pela autora ao longo de suas pesquisas de campo na região denominada central da cidade de São Paulo, situada à Rua Mauá, 340. Elas são consideradas pontapés iniciais para reflexões cujas conclusões ainda não teremos neste texto. Constituem-se como provocações que podem produzir pensamentos, outras pesquisas, diálogos sobre grupos sociais infantis ainda desconhecidos, com os quais e sobre os quais nem sempre conversamos.

As fotografias, recursos metodológicos usados nesta pesquisa, não nos permitem apenas visualizar brincadeiras entre as crianças e a elas propostas. As fotos nos apresentam em

suas cores, formas, tamanho e assuntos a oportunidade de ter a história das imagens com crianças, neste caso, em Ocupações e movimentos sociais urbanos, ao mesmo tempo que temos as imagens de suas histórias, ainda tão pouco conhecidas, histórias de lutas cotidianas, que se fazem entre a produção do brincar entre brechas e/ou entre propostas feitas por adultas, pesquisadoras, coordenadoras de movimentos, estudantes, e trazem questões importantes, narrativas de vidas, mas não verdades incontestes.

Fizemos um recorte escolhendo dez fotografias entre centenas feitas pela autora, que, ao serem olhadas atentamente, possibilitam, entre tantas coisas, observarmos gestos compreendidos como brincantes, sorrisos, saltos a mostrar uma infância, entre outras existentes e possíveis. Ao considerarmos fotografias feitas por uma adulta, a própria autora deste artigo e não seu autor, temos um elemento bom para pensarmos: reside nisso certa intencionalidade, não há um ato neutro nesta escolha, assim como em nenhuma, ao longo de nossas vidas. Deixamos evidente a opção por destacar crianças em situações que envolvem atos e gestos considerados como brincar, ainda que escapem do mais convencional em jogos e brincadeiras tradicionais. Priorizamos a presença da brincadeira, das relações e da leveza e não sua falta. Constituiu-se nisso a busca no vaguear pelas imagens apresentadas. Deambular, zanzar, perscrutar as imagens são ações que exigem tempo, tempo necessário para a construção de formas de olhá-las e compreendê-las, ou para alimentar com mais curiosidades e pensamentos. O modo dominante de vida em sociedade que tanto urge ser mudado estruturalmente impede a existência desse tempo e promove ora sua espetacularização (DEBORD, 1998), ora a criação de comedores de terra que devastam tudo por onde passam (KOPENAWA, 2015). E as crianças? Entre e diante de tudo isso, também brincam.

Ao abrir o *drive* e suas caixinhas virtuais onde guardo fotos de pesquisa, busco languidamente aquelas em que as crianças estão brincando. Onde estão? Aquelas perguntas deixadas logo no início desse artigo fazem-se presentes e orientam o olhar. Concernem, sobretudo, ao que pensamos sobre crianças e brincar. O que buscamos nas imagens? Claramente, o que compreendemos por brincadeira é algo que direciona o olhar. A orientação dessa busca pelas imagens volta-se para gestos universais do brincar, aproximando-se das expectativas mais convencionais. Mas, o que se esconde entre os gestos não brincados, entre formas menos standardizadas? Há o brinquedo que produz alguns sentidos. Objeto de desejo pode deflagrar relações e evidenciar modos de compreendê-las e produzi-las. Há muito de nós, das crianças e das sociedades dentro de um brinquedo, mais do que ele pode mostrar superficialmente. Num segundo conjunto de fotos há brincadeiras vistas durante uma caminhada até a Pinacoteca do Estado, em São Paulo, poucos metros distantes da moradia. Prevalecem gestuais mais conhecidos, ou mais facilmente compreensíveis. Há nessas *entrimagens* aquelas em que podemos encontrar formas sobreviventes, as que se manifestam, ou nascem, do que já está morto (DIDI-HUBERMAN, 2019), há pessoas, desejos, formas, anseios em ação em cada uma delas. A brincadeira criada, brincada onde não podia ser, isso interessa, e muito, por informar sobre nós e as infâncias.

Sobre as imagens e as escolhas que nos envolvem a elas e formas de compreendê-las, Didi-Huberman afirmou que é mesmo possível que, em toda tentativa de descrever uma imagem, qualquer coisa como um batimento de asas de borboleta venha a dar um sentido a esse esforço, tanto quanto um limite (2015, p. 10). Nessa escolha, prevaleceu a não exposição das crianças, não apenas frontais, o que poderia ferir a ética das pesquisas, mas não expor suas vidas, invadi-las e não as ocupar da plenitude do ato de brincar e possíveis descobertas e suas produções. Elas são expostas como produtoras de pensamentos e não, jamais, como fontes únicas e objetivas de informações sobre a infância, ou qualquer outro assunto. Busca-se o bater das asas, a sutileza.

As imagens fotográficas aqui presentes unem-se às legislações mencionadas numa apresentação que se quer e se faz política. Devido ao local onde foram feitas moradias com condições insalubres, onde vivem muitas pessoas em pouquíssimos metros quadrados, sem banheiros privativos, sem locais onde brincar mais livremente, podemos tratá-las com certo pessimismo, indisposição por contrariarem, em grande parte, às expectativas padronizadas de imagens com crianças. Há uma indignação que, se pautada em padrões sobre o certo e o

errado, pode engessar nossas buscas e nossas compreensões. Onde brincarão essas crianças? Questão pertinente, mas que pode camuflar a percepção do que é ser criança e fazer a infância em diferentes lugares.

Para a composição do olhar para as imagens, ainda que tenhamos um intuito, uma busca pré-determinada que nos faz dar o primeiro passo, encontro-me com as palavras de Didi-Huberman (2019, p. 31-32):

O fio é algo muito simples: uma linha no espaço. Mas é também algo de muito complexo: um novelo, um emaranhado. O fio sustenta a estrutura (teia de aranha, cordame, rede de ligaduras), mas pode também se desfilar e, de repente, se romper. Ele se junta (fiação, malha) ou se alinhava (laço, franja, trança). Ele traça um destino (as Parcas) nos aprisiona (amarras, laços) ou se divide em quatro (racionalizações, argúcias, subterfúgios). O fio liga, encadeia e dá curso. Ou, ao contrário, corta, afia, amola e faz romper. O fio está sempre por um fio.

Não se trata de receita fórmulas para compreender uma imagem, mas de pensá-las também a partir do que temos a oferecer para elas, o que carregamos conosco e que nos permite entender o visto, que passa a ser sentido, em suas pequeníssimas formas. A cada fio puxado no sentido de compreender o que está diante de nossos olhos e corpo, tramas e racionalizações vão surgindo, levam-nos a esquadrihá-las, compondo, ligando ou não uma imagem a outra, ou nós às imagens, as crianças a outras crianças e a nós.

### **Slime: o que é mesmo? Que meleca. Dá pra brincar com isso?**

**Figura 1.** Crianças produzem e brincam com *slime*



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores (2021).

Efetivamente, enfrentar o exercício de escutar as crianças e considerá-las ao longo da pesquisa é um desafio. O fato é que embora possamos escrever sobre isso, fazê-lo constar em nossas metodologias de pesquisa e práticas junto às crianças em relações escolares trata-se de algo que exige muito de nós adultas, um aprendizado de desaprender, diria Fernando Pessoa, por intermédio do heterônimo Alberto Caieiro. Na busca pela escuta como parte possível e exequível da pesquisa, chegamos numa brincadeira desconhecida pela pesquisadora: o *slime*. O que é isso? Perguntava às crianças e a mim continuamente, enquanto consultava a *web*, lugar onde, aparentemente, todas as dúvidas podem ser solucionadas. Por sugestão das crian-

ças, encontrei receitas sobre como fazer *slime* de modo caseiro e como conservá-lo. Então, lá fomos nós, fazer nosso próprio *slime*, para não o comprar, por preços que considerava aviltantes e que remetiam as crianças a pedir dinheiro e/ou fazer pequenos serviços e trocar coisas pelo próprio *slime*, porém, algumas vezes, de segunda mão.

A brincadeira então se constituía entre o uso propriamente dito do *slime* e o percurso de sua produção, cuja riqueza encontrava-se na relação possível travada entre todas as participantes, crianças e adultas. Brincar com essa massa molenga e colorida, o *slime*, resume-se a mexer e transformá-la em linhas, esticando-a como numa ampla rede, cuja cor e odor vão se perdendo à medida que é manipulada. Muito mais do que a brincadeira brincada, extremamente popular entre as crianças, e de todas as classes sociais pelo que percebemos, vale refletir sobre o que ela faz girar entre elas: as relações produzidas e das quais também são produto.

O alto custo deste brinquedo, que chegava a R\$ 10,00 no início de 2020, conjugado à efemeridade deste produto, pois rapidamente ficava sem a maleabilidade necessária, implicavam as crianças a processos criativos para a realização da compra, ou sua produção caseira como visto anteriormente. Quanto à compra, interessa-nos destacar a percepção de certo fluxo econômico e social surgido da necessidade forjada de possuir um *slime*. Aligeirado, esse fluxo se dava entre estratégias de compra, troca e/ou produção do bem, negociações entre crianças, e entre elas e adultas e adultos, parentes ou não. Destacamos que é produzido, ainda que de modo fugaz, um circuito de relações promotoras de mudanças, permanências e formas de viver entre e pelas crianças a partir de um brinquedo e o que dele deriva. Não entendemos, pelas observações e participações feitas, que houve uma alteração substancial nas relações externas. As crianças saíam e voltavam rapidamente para verificar preços e ofertas do *slime*, momento em que estabeleciam contato com as pessoas fora do ambiente da moradia. As vendedoras eram, geralmente, moradoras do mesmo local, ou avós e tias. No entanto, foi possível identificar algumas alterações espaciais e de relações internas.

A posse do *slime* remetia à tomada de outro lugar no grupo, qual seja, alimentava, ainda que de modo breve, certo poder perante as demais crianças, pois se tornava objeto de disputa e desejo e colocava quem o possuísse em condição de orientar os despossuídos do *slime*. Filas eram feitas como forma de organizar a brincadeira, certos chistes eram usados em direção a quem não portasse o *slime*, e tudo isso se convertia em brincadeiras, um de seus subprodutos. Essas relações eram forjadas em meio à existência de um brinquedo/meleca divulgado amplamente por meios de comunicação até mesmo de um *youtuber* conhecido entre as crianças, que, ao avançar, ganhou forma entre elas fazendo pulsar o desejo de consumo. Contudo, há ainda outras observações a fazer. No exíguo espaço, dentro e fora da moradia, foram redefinidos os modos de brincar, incluindo como e com o que é possível criar brincadeiras, alterando não só a experiência de brincar, como a própria experiência urbana que incluía a ida à lojinha para a compra do *slime* ou dos produtos para sua confecção, os medos e receios enfrentados ao longo das curtíssimas caminhadas. Essa descrição breve de relações e que constituem formas de brincar nos permite observar o papel dos bens de consumo e suas seduções, neste caso a partir do *slime*, na constituição das crianças envolvidas, e não só, mas também das adultas no entorno, familiares ou não. Há uma complexa rede de relações derivadas da presença e ausência de um objeto, nesse caso um brinquedo, muitíssimo conhecido e desejado por inúmeras crianças. Isso está entranhado à experiência das crianças na cidade.

Ao mencionarmos as capacidades infantis de brincar, tão intensas e ricas, é importante conjugá-las a essas experiências de criar e viver em relações que envolvem, não apenas o consumo, mas formas de lidar com as demais pessoas de todas as idades que com elas convivem, direta e indiretamente, e produzir relações. Não poderia deixar de avançar um pouco mais nessa questão, respeitando os propósitos desse artigo e dossiê. Ao refletirmos sobre brincar na cidade, sobre o brincar das crianças em condições financeiramente adversas, remetemo-nos aos sentidos produzidos pelo brinquedo disputado, desejado, comprado ou fruto de trocas entre as crianças. São elementos fundamentais, pois de cada um deles temos sentidos diversos, ou tantos reunidos. Há uma evidente expansão, ou consolidação, do sistema financeiro em outras paragens, nesse pequeno circuito de desejos e afetos entre as crianças que não apenas criam estratégias para obtenção do brinquedo desejado, mas fazem as adultas criarem dívidas

e se empenharem a pagá-las nas lojinhas vizinhas e das vizinhas. Embora endividar-se seja um processo conhecido nosso há tempos, sua chegada de modo mais recrudescido à vida dessas famílias também pelo brinquedo é algo a ser aventado como bom para se pensar sobre a luta de classes segundo o viés da infância e sua relação com o brinquedo. Suas mães, trabalhadoras na informalidade, penduram algo mais a pagar no final do mês. Como discutem Gago (2019), Mies (2018), Federici (2019) há um endividamento criado há anos pelo neoliberalismo, que envolve predominantemente as mulheres, e, acrescento, do qual as crianças e seus brinquedos passam a compor indiretamente, pois o brinquedo remete à percepção e construção de status diferenciado de quem o possui, o que leva a financiamentos e endividamentos.

Até o momento, nesse texto, concentrei-me em reflexões que nos levam ao brincar mais a alguns sentidos por eles produzidos nos grupos das crianças e suas possíveis relações com pessoas adultas. Inicialmente, comentamos sobre a presença de brechas que estão sendo ocupadas também pelas crianças. Isto é, em meio às agruras apresentadas ligeiramente há outras manifestações possíveis, mesmo com a prevalência do capital.

### **Deambular? Uma saída para a Pinacoteca e o brincar no percurso**

Inicialmente, as palavras ditas pelas crianças em conversas informais remetiam ao desconhecimento de determinados espaços, muito próximos geograficamente e tão distantes das práticas cotidianas e da compreensão de seus conteúdos. Referimo-nos à Estação da Luz, diante dela, há 500 metros da Pinacoteca do Estado de São Paulo e de suas exposições artísticas, bastante divulgadas e conhecidas.

- A gente conhece lá, o portão tá sempre aberto.
- Já foram?
- Não, nunca entramos.

Este diálogo resultante de uma conversa e de perguntas feitas pela pesquisadora provocou muitas reflexões sobre o direito à arte, aos usos da cidade e suas produções artísticas e culturais, a sua organização que espolia, afasta, tolhe, impede e, perversamente, faz com que tudo isso não seja estranhado. O portão desta Pinacoteca fica aberto, mas, emblematicamente, não é porta de entrada de muitos grupos, de muitas crianças. Então, se o portão está aberto, vamos entrar e questionar, sempre, sobre o porquê de não ser aberto efetivamente para todas/es/os, impedindo que usufruam dos conteúdos e práticas existentes nesses espaços. Partimos da convicção do direito à arte, sem exclusão, para organizar uma saída com as crianças a esse lugar distante, o que se faz objeto de debates em outros textos. O que nos interessa aqui é a existência e insistência do brincar ao longo do percurso e depois.

**Figura 2.** Parque da Luz



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores.

Não se trata aqui de ensinar as crianças a brincar, que pode se constituir como importante objeto de investigação, mas de “cutucar” a todas/es/os nós para observarmos as brincadeiras existentes e exigentes de nós, no todo dia, em cada ato, as quais, por vezes, não nos damos conta, buscando, incessantemente, a nossa única e já concebida dimensão e propostas de brincar e jogar. A presença das crianças nas ruas em seus gestos únicos e construídos lado a lado com as demais crianças e adultas que permaneciam junto a elas, em si, já provoca reações de espanto, pela presença inusitada, e pela provocação e desordenamento do espaço com seus sons e ritmos que escapam às égides adultas. A isso juntamos a questão importante e já fartamente abordada por Tonucci (2020a, 2020b): o espaço para brincar na cidade deveria ser discutido profundamente por quem elabora políticas públicas urbanas, que, ao contrário de incentivar seu uso, o restringe criando representações e práticas na cidade como se fosse constantemente um espaço hostil às crianças. Portanto, não podendo ser brincada e ser vivida e produzida com autonomia.

Perguntávamos, logo no início desse artigo, sobre o que paira quando pensamos e/ou discutimos sobre brincadeiras e infâncias no urbano, e, ainda mais, quando estamos com crianças moradoras de edifícios ocupados. Afirmamos que para um bom entendimento é basilar o cruzamento entre raça, gênero e classe social, para que não generalizemos formas de brincar e ocupar os espaços fora dos contextos já predefinidos como “lugares para brincar”. Estamos numa cidade em que a segregação e o rechaço a pobres, negros e negros são alimentados a cada minuto e se desdobram em mortes, descasos e numa organização espacial em que, de modo velado – tenta-se que seja, pelo menos –, pessoas de todas as idades são expurgadas do convívio e da produção da cidade. Essa questão é de suma importância, pois remete-nos ao exercício de “estranhar o que parece não ser estranho” (BRECHT, 1977) e relacionar tais atos e concepções às crianças e suas formas, e a ausência delas, de ocupar a cidade com seus modos de brincar-la que variam segundo esses vetores e se constroem apesar deles. Pensávamos, diante de suas presenças, que elas provocavam a ruptura de certa prática confinada, uma vagarosa construção de sujeito-confinamento. É com as crianças que partimos para o dia na Pinacoteca e para a extensão propostas por elas, qual seja, a solicitação de que fôssemos ao Parque da Luz onde há brinquedos de parque e areia e onde se vê um escape ao urbanismo obediente às construções que possibilitam somente as relações adultas. As crianças perceberam ali um ambiente público de qualidade, aberto, cuja qualidade projetual permitia certo bem-estar, ainda que por um tempo exíguo, já que o espaço da cidade é feito de modo a não ser brincável.

O brincar no percurso reclamava certa sensibilização do olhar, caso contrário não seria percebido como tal, podendo ser confundido como meros atos indisciplinados e pouco afeitos ao correto comportamento em público.

Contudo, ombros, mãos, pés, cores e texturas tornavam-se objetos de exploração e experiências. A brincadeira imergia do espaço verde descuidado, mas lindo aos olhos de quem o tornava objeto de desejo: as crianças. Talvez, pelo dia mais quente, os corpos se movessem com mais desenvoltura esparramando-se pelo espaço a ser vivido e sentido por todas. O corpo está brincando porque, em seus amplos gestos, é inseparável do brincar entre as crianças e entre elas com elas mesmas, quando no brincar solo com uma câmera fotográfica que em sua extensão se fazia braço.

**Figura 3.** Parque da Luz

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

**Figura 4.** Pinacoteca do Estado de São Paulo

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

### **O jogo: no bailar das pernas, o futebol**

Buscamos tocar numa questão avaliada como fundamental, qual seja, o brincar buscado em espasmos de liberdade e, numa brecha, bem pequena, cavada ou encontrada no cotidiano das crianças em Ocupações, provocando que nos atentemos para isso em nosso dia a dia. Nas próximas fotos temos outra oportunidade o brincar no jogo, em um dos mais comuns, senão o mais comum no mundo: o futebol. Não se faz necessário definir o conceito de jogo, mas este provém de certa proposta muito nítida, aprendida desde tenra idade, em que as pernas cambaleantes, e ainda pouco firmes, vão driblando o parceiro de jogada, que, nesse momento, torna-se um rival a ser vencido, numa relação mesclada por tensão e fundamentalmente, pelo percebido neste dia, prenhe de alegria. O chão, riscado com tinta lavável, simulava um campo de futebol, dentro de tantos limites espaciais, e permitia certos rodopios, dribles, a constituição de uma minúscula torcida, que menos torcia e mais aguardava sua hora de entrar em cena e atuar como nos grandes clássicos. Era um grande clássico, inegavelmente, jogado e visto aos olhos de seus jogadores. Mas, as regras que poderiam ordená-lo são também remontadas, questionadas, brincadas e extrovertidas num sorriso, no chinelo que reclama o tênis mais con-

fortável, na fralda que empina o bumbum e torna menos fácil correr, driblar, fazer gols, aliás, nem nos pareceu que o gol, objetivo maior do jogador de futebol, estava entre as coisas mais almeçadas nessa manhã de sábado sem muito sol.

Pintar o chão, jogar e modificar esse espaço ganhavam um tom pouco visto cotidianamente, aproximava-se dos jogos de várzea, antes muito presentes nos bairros periféricos, em áreas de terra, campos construídos pela comunidade. Tratava-se ali de um jogo que se fazia na construção de uma outra língua em que o verbo lutar, e pelo teto especificamente, era conjugado com a luta pelo brincar por direito, da moradia digna e para todas as pessoas, do direito à cidade produzida também para e pelas crianças.

Finalizamos esse artigo com o sentimento de contadores de histórias na mistura entre jogo e brincar, luta e crianças, desde bebês, cidade e direitos, tantos existentes e poucos que se fazem valer de verdade. Há um sentimento de narrador a trazer as imagens, ainda poucas, e reflexões carentes de aprofundamento. Continuemos a escrita para contar sobre as crianças em seus cotidianos em que as brincadeiras e os jogos também estão presentes e que isso se faz na ocupação de brechas, na busca pela dignidade que tantos querem que seja perdida, em que brincando se continua a vida.

**Figura 5.** Jogo de futebol: Ocupação Mauá



**Fonte:** Acervo pessoal da autora.

**Figura 6.** Jogo de futebol: Ocupação Mauá



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores.

### **Considerações Finais: o ato de ocupar se faz também brincando. Você topa?**

Iniciamos esse artigo fazendo a seguinte pergunta: em que medida está legislação se traduz em garantia de direitos, compondo o dia a dia de todas as crianças desde bebês? Cientes de não ser o nosso propósito nessa escrita, fazíamos referências à Constituição Federal do Brasil, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) buscando apenas levantar uma reflexão sobre a relação entre dois direitos fundamentais: o direito às brincadeiras e o direito à cidade. Indagações que se transformaram em pesquisas e práticas de intervenções artísticas em

espaços públicos como aquelas feitas pelo grupo Contrafilé (2007) que convocam a todas a colocar-se na rua em formas concebidas e inconcebíveis de brincar. Infância e cidade encontram-se amalgamadas e evidenciam sentidos dados a ambas. Contudo, ao trazer essa questão, tocamos em outra mais, essa o ponto fulcral, qual seja, as formas existentes entre brincar e lutar feitas por crianças em um edifício ocupado para moradia. Se as Ocupações têm se constituído como objeto de pesquisa aliado aos movimentos sociais, mulheres e direito à moradia, trazemos aqui uma questão ainda pouco pesquisada: as crianças, desde bebês, dentro dessas Ocupações, cuja luta diária se faz também em meio a brincadeiras, desejos, reivindicações, burlas em que tapeiam a vida e suas agruras e nos mostram como produzir outros e válidos sentidos a ela.

Buscamos trazer as crianças que compõem múltiplas infâncias e com elas provocar reflexões e debates, as fotos foram apenas uma breve aproximação com o desejo de tê-las mais profundamente conosco. Acreditamos que é preciso que as crianças meninas, meninos, meninos estejam ainda mais presentes, que elas não estejam afastadas e colocadas à lume apenas pelos olhos adultos. Contudo, fizeram-se presentes em seus brinquedos, aquele que sendo objeto de desejo, mostra-se vivo, desnudando fluxos econômicos e sociais, nele contidos e seus desdobramentos que espraiam-se para além da infância. Ao mesmo tempo, é possível considerar as formas de burlar regras, a presença de atos adultos em que as crianças, a depender de classe social, idade e raça, são desconsideradas em determinados lugares, frequentáveis por apenas algumas delas.

Nas condições que podem ser avaliadas como muito adversas, as crianças, insistentes, permanecem criando e ocupando brechas que pensávamos não ocupáveis conferindo vida, dinamismo nos sons produzidos, nas palavras proferidas, nas pernas de um bebê que cambaleia na procura de uma bola, atos que projetam força no presente. O que nos maravilha e arrebatam são as formas de enfrentamento que se fazem em mangações, nas troças, no brincar em mistura ao fluxo econômico produzido por um, entre tantos brinquedos, às assembleias (não exploradas neste artigo), no olho que nos olha fundo e suave e solicita: “pede para minha mãe pra ela deixar eu brincar”. Dentro dessas moradias as vidas pulsam de modo inequívoco e indelével. Vão deixando seus rastros e criando outros. Em faixas de um campo de futebol improvisado, no futebol aprendido e jogado em espaço pequeno e íngreme, a brincadeira também se traduz em enfrentamento e se faz cotidianamente. Lembramo-nos de Hélène Cisoux, em que ela se referindo a mulher, nos permite pensar também nas crianças. “olha a Medusa de frente para vê-la: ela não é mortal, ela é bela e ri” (CIXOUS, p. 62, 2022).

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Diário Oficial [da] União*, 05 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, 16 jul. 1990.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única. Infância berlinense*: 1900. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRECHT, Bertolt. **A exceção e a regra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CASTRO, Lúcia Rabello de (org). **Infâncias do sul global experiências, pesquisa e teoria desde a argentina e o Brasil**. Bahia: EDUFBA, 2021.

CISOUX, Hélène. **O riso da medusa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobre o fio. Florianópolis**: Cultura e barbárie, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Falenas**: ensaios sobre a aparição. Lisboa: KKYM, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

GOBBI, M. A.; Nascimento, M.L.B.P. (Org.) . **Infancias sul-americanas: crianças nas cidades, políticas e participação**. 01. ed. São Paulo: FE-USP, 2018. v. 1.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. **Perspectivas para pensar as cidades: infância, educação, democracia e justiça**. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 13-24, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6986. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6986>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GRUPO CONTRAFILÉ. **A rebelião das crianças**. São Paulo:2007. [https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a\\_rebeliao\\_das\\_crianças](https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_rebeliao_das_crianças). Acesso em: 18/03/2022.

KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Península, 1978.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **O filho da escrava** (em torno da Lei do Ventre Livre). *Ver. Bras. de Hist.*, São Paulo, n. 8, v. 16, p. 37-55, 1988.

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Barcelona, Espanha: Traficantes de Sueños, 2018.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESC-SP, 2015.

TONUCCI, Francesco. **O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade**. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020a. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6897. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TONUCCI, Francesco. **Il diritto di giocare: una necessità per i bambini, un potenziale per scuola e la città**. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 209-233, 2020b. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6899. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6899>. Acesso em: 16 mar. 2022.

VOLTARELLI, Monique Aparecida. **Estudos da Infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da Sociologia da Infância**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.